

Demonstrações Financeiras

Rosal Energia S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021	1
BALANÇO SOCIAL	6
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	15
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	20
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	21
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS.....	22
6. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	22
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	22
8. IMOBILIZADO.....	23
9. INTANGÍVEL.....	25
10. FORNECEDORES.....	27
11. PROVISÕES.....	27
12. TRIBUTOS	28
13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	28
14. ENCARGOS SETORIAIS.....	29
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	29
16. RECEITA.....	31
17. CUSTOS E DESESA OPERACIONAIS	32
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	32
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	33
20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	34
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	36
22. SEGUROS.....	39
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

A Rosal Energia S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é de R\$46.944 mil, constituído por 46.944.467 (quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia apurou um resultado de R\$28.500 mil em 2021, em comparação ao resultado de R\$25.951 mil em 2020, representando um aumento de 9,82%. Esse aumento deve-se, principalmente, ao reconhecimento dos ganhos com repactuação do risco hidrológico, no montante de R\$8.900 mil, parcialmente compensado com o aumento dos custos com energia elétrica.

Receita Operacional

A receita bruta de fornecimento de energia elétrica foi de R\$68.321 mil em 2021, comparada a R\$66.827 mil em 2020, que representa um aumento de 2,24%.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$30.977 mil em 2021, comparado a R\$24.994 mil em 2020, representando um aumento de 23,94%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento dos custos com energia elétrica comprada para revenda.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro em 2021 foi uma receita financeira líquida de R\$2.150 mil, comparada a uma receita financeira líquida de R\$4.766 mil em 2020, representando uma redução de 54,89%. Essa variação decorre, principalmente, da redução da receita financeira relacionada aos seguintes itens: acréscimos moratórios sobre venda de energia; variação monetária de créditos tributários e créditos de PASEP/COFINS sobre receitas financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2021, a Companhia apurou o montante de R\$2.840 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 9,06% em relação ao lucro de R\$31.340 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2020, a Companhia apurou o montante de R\$3.475 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 11,81% em relação ao lucro de R\$29.426 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização – LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2021, o LAJIDA da Companhia foi de R\$33.802 mil (R\$28.907 mil em 2020) e a Margem do LAJIDA foi de 65,93% no mesmo período (58,22% em 2020), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2021	2020	Var. %
Resultado Líquido	28.500	25.951	9,82
Despesa de IR e CS	2.840	3.475	(18,27)
Resultado Financeiro	(2.150)	(4.766)	(54,89)
Depreciação e amortização	4.612	4.247	8,59
LAJIDA	33.802	28.907	16,93

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

No ano de 2021, mesmo com as dificuldades apresentadas pela pandemia COVID-19 e pela renovação das equipes das COMPDECs (ano pós-eleitoral), a atuação junto a estes organismos de defesa civil foi decisiva na estratégia de focar nas ações de integração dos PAEs das barragens do Grupo CEMIG, relacionando com os PLANCONs de 35 municípios diretamente envolvidos.

Ainda em 2021, foram realizadas cerca de 25 oficinas de trabalho virtuais para apresentação e discussão dos PAEs e uso do App PROX (Aplicativo de Gestão de Riscos). Foram também discutidas e executadas as ações listadas abaixo com foco na ZAS-Zona de Auto Salvamento, na região jusante das barragens:

- Ação de cadastro de economias (telhados) e da população moradora permanente para 35 municípios,
- Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro para os 35 municípios,
- Sinalização de Alerta (placas) implantada em 27 municípios.

O Grupo Cemig também atuou fortemente na continuidade do projeto de pesquisa que foca no desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, que consiste

num pequeno equipamento de alerta/alarme a ser colocado de maneira individual nas residências de moradores inseridos na mancha de inundação (ZAS), caracterizado por ser de longo alcance, pouco consumo de energia; pode emitir alertas individualizados em áreas específicas e traz a corresponsabilidade da população em prol da cultura de resiliência e preparação à emergência. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Além disso, o “Programa Proximidade” disponibilizou o App. PROX, um App. móvel de Gestão de Riscos, de relacionamento com a população e com as COMPDECS. Além de informações hidrológicas e operativas de usinas do Grupo Cemig, o aplicativo é uma ferramenta de gestão de riscos, cadastro, notificação e alerta para emergências em barragens.

Em 2021, o Grupo Cemig também celebrou o Acordo de Cooperação Técnica para uso compartilhado do App. PROX, com o IBRAM-Instituto Brasileiro de Mineração e 11 empresas mineradoras associadas, visando o aumento da cobertura de segurança de outras populações sujeitas a emergências de barragens de mineração.

Os ganhos esperados são o aumento da cobertura de segurança, tanto para situações com barragens, mas também, para várias outras situações de perigo (enchentes, queimadas, incêndios, deslizamentos, etc.).

O grande ganho que a abordagem adotada pelo Grupo Cemig propõe é a apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$28.500 mil, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$2.052 mil, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2021, seja dada a seguinte destinação:

- R\$15.300 mil referentes a dividendos intermediários pagos; e
- R\$15.252 mil para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇO SOCIAL

(Não Auditado)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

1) Base de Cálculo	2021			2020		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	51.267			49.654		
Resultado Operacional (RO)	29.190			24.660		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	977			972		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	169	17,30	0,33	154	15,84	0,31
Encargos sociais compulsórios	307	31,42	0,60	293	30,14	0,59
Saúde	214	21,90	0,42	190	19,55	0,38
Participação Resultados - Empregados	-	-	-	67	6,89	0,13
Previdência Privada	59	6,04	0,12	65	6,69	0,13
Total – Indicadores Sociais Internos	749	76,66	1,46	769	79,12	1,55
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Tributos (excluídos encargos sociais)	19.894	68,15	38,80	20.648	83,73	41,58
Total – Indicadores Sociais Externos	19.894	68,15	38,80	20.648	83,73	41,58
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	534	1,83	1,04	792	3,21	1,60
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	534	1,83	1,04	792	3,21	1,60
5) Indicadores do Corpo Funcional	2021			2020		
Nº de empregados no final do período	11			11		
Nº de admissões durante o período	-			1		
Nº de estagiários	-			-		
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária	2			2		
- 2º Grau	8			8		
- 1º Grau	1			1		
Nº de empregados acima de 50 anos	5			4		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	-			-		
% cargos chefia ocupados por mulheres	-			-		
Nº de negros que trabalham na empresa	1			1		
% cargos chefia ocupados por negros	-			-		

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	840	6.769
Títulos e Valores Mobiliários	4	8.548	19.745
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	5	4.186	4.990
Tributos Compensáveis	7	4	297
Outros Créditos		478	365
TOTAL DO CIRCULANTE		14.056	32.166
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	1.758	4.440
Tributos Compensáveis	7	284	-
Depósitos Judiciais	6	535	527
Outros Créditos		78	75
Imobilizado	8	96.312	98.952
Intangível	9	8.896	299
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		107.863	104.293
ATIVO TOTAL		121.919	136.459

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	2.312	6.354
Obrigações Sociais e Trabalhistas		584	565
Tributos	12	485	1.585
Imposto de Renda e Contribuição Social	13a	592	411
Encargos Setoriais	14	1.786	1.154
Dividendos a Pagar	15	-	4.013
Transações com Partes Relacionadas	20	223	232
Outras Obrigações		30	140
TOTAL DO CIRCULANTE		6.012	14.454
NÃO CIRCULANTE			
Encargos Setoriais	14	111	910
Tributos Diferidos	12	276	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13b	289	68
Provisões	11	108	97
Outras Obrigações		74	69
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		858	1.144
TOTAL DO PASSIVO		6.870	15.598
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	15		
Capital Social		46.944	46.944
Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial		43.304	45.356
Reserva de Capital		160	160
Reservas de Lucros		24.641	28.401
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		115.049	120.861
PASSIVO TOTAL		121.919	136.459

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	16	51.267	49.654
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(14.434)	(8.093)
Encargos de Uso da Rede de Distribuição		(4.519)	(5.154)
		(18.953)	(13.247)
CUSTOS DE OPERAÇÃO			
Pessoal		(1.672)	(1.542)
Materiais		(476)	(541)
Serviços de Terceiros		(3.711)	(3.550)
Depreciação		(4.612)	(4.247)
Provisão/Reversão Operacional		(12)	(50)
Outros		(21)	47
		(10.504)	(9.883)
CUSTO TOTAL	17	(29.457)	(23.130)
LUCRO BRUTO		21.810	26.524
DESPESAS OPERACIONAIS			
	17		
Despesas Gerais e Administrativas		(1.320)	(1.263)
Outras Despesas Operacionais		(200)	(601)
		(1.520)	(1.864)
Ganhos com repactuação do risco hidrológico	9	8.900	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		29.190	24.660
Receitas Financeiras	18	2.359	4.848
Despesas Financeiras	18	(209)	(82)
		2.150	4.766
Resultado Antes dos Impostos		31.340	29.426
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	19	(2.619)	(3.427)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19	(221)	(48)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		28.500	25.951
RESULTADO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$		607,11	552,81

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	28.500	25.951
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>28.500</u>	<u>25.951</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	46.944	160	47.430	9.389	12.035	-	115.958
Dividendos Adicionais Propostos 2019 (R\$149,86 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(7.035)	-	(7.035)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	25.951	25.951
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(2.074)	-	-	2.074	-
Distribuição da Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	(5.000)	5.000	-
Dividendos intermediários (R\$213,02 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Destinação do resultado proposta à AGO:							
Dividendos Estatutários (R\$85,48 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(4.013)	(4.013)
Dividendos Adicionais Propostos 2020 (R\$404,99 por lote de mil ações)	-	-	-	-	19.012	(19.012)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	46.944	160	45.356	9.389	19.012	-	120.861
Dividendos Adicionais Propostos 2020 (R\$404,99 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(19.012)	-	(19.012)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	28.500	28.500
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(2.052)	-	-	2.052	-
Dividendos intermediários (R\$325,92 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(15.300)	(15.300)
Destinação do resultado proposta à AGO:							
Dividendos Adicionais Propostos (R\$324,90 por lote de mil ações)	-	-	-	-	15.252	(15.252)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	46.944	160	43.304	9.389	15.252	-	115.049

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	28.500	25.951
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 17)	4.612	4.247
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 19)	221	48
Variação monetária de depósitos judiciais	(9)	(3)
Provisões (Nota 17)	12	50
Baixa de tributos compensáveis	-	2.145
Ganhos com repactuação do risco hidrológico	(8.900)	-
	<u>24.436</u>	<u>32.438</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	804	11.406
Tributos Compensáveis	9	(210)
Depósitos Judiciais	1	43
Outros Créditos	(116)	333
	<u>698</u>	<u>11.572</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(4.042)	4.046
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	(102)
Tributos	1.535	6.305
Encargos Setoriais	(167)	176
Transações com Partes Relacionadas	(9)	22
Provisões	(1)	(43)
Outras Obrigações	(105)	153
	<u>(2.770)</u>	<u>10.557</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	22.364	54.567
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.178)	(5.135)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>20.186</u>	<u>49.432</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores mobiliários	13.879	(13.964)
Imobilizado	(1.669)	(269)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>12.210</u>	<u>(14.233)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(38.325)	(29.071)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(38.325)</u>	<u>(29.071)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(5.929)</u>	<u>6.128</u>
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	6.769	641
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	<u>840</u>	<u>6.769</u>
	<u>(5.929)</u>	<u>6.128</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rosal Energia S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, sediada em Belo Horizonte – MG, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”) e tem por objetivo a produção e comercialização de energia elétrica produzida na Usina Hidrelétrica de Rosal (“UHE Rosal”).

A UHE Rosal está localizada nos municípios de Bom Jesus de Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro, e São José do Calçado e Guaçuí, no Estado do Espírito Santo. O prazo de duração da concessão da exploração dessa usina é de 35 anos, contados a partir de 08 de maio de 1997, data em que o Contrato de Concessão para Geração e Transmissão de Energia Elétrica nº 1/97 foi assinado.

A UHE Rosal foi construída em 1999 e adquirida pela Cemig em dezembro de 2004. A Companhia é certificada nas normas ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001.

A Companhia teve sua licença de operação renovada, no início de março de 2011, por mais oito anos, já tendo sido protocolado no IBAMA novo pedido de renovação, conforme prazo estabelecido pelo órgão ambiental. Entre as ações implantadas, estão os programas de educação ambiental, de qualidade da água, reflorestamento das margens e recuperação de áreas degradadas, conservação e uso do reservatório, monitoramento de processos erosivos e a criação dos parques naturais municipais de Guaçuí (ES) e Bom Jesus do Itabapoana (RJ).

O pedido de renovação da Licença de Operação - LO, vencida em 02/03/2019, foi protocolado dentro do prazo legal e essa se encontra prorrogada automaticamente até a manifestação definitiva do IBAMA.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052/2020, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão dos respectivos prazos de concessão das outorgas de geração. Os prazos de extensão foram homologados pela Resolução Homologatória Aneel 2.919 de 2021 e pela Resolução Homologatória 2.931 de 2021. A usina de Rosal teve seu prazo de concessão prorrogado em 1.314 dias.

Vide mais informações na Nota Explicativa nº 09.

Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfrentamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento de investimentos e redução de despesas; e
- negociação de contratos com seus consumidores livres.

Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, a partir da observação dos impactos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, identificando os seguintes efeitos:

- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia implementou negociações com seus consumidores, o que permitiu que o impacto da retração econômica sobre a inadimplência dos grandes consumidores livres não fosse relevante;
- A Companhia vem estabelecendo negociações com os seus clientes e fornecedores de energia elétrica visando preservar sua liquidez no período da crise.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia, não tendo sido observados impactos significativos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de abril de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 8 – Imobilizado (Depreciação);
- Nota 11 – Provisões;
- Nota 16 – Receita (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações dessa revisão estão descritas a seguir:

CPC 27 – Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbe as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022, prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e fornecedores.

b) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

c) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 8.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

d) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes ao direito de acesso aos terrenos por onde passam as linhas de transmissão.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis.

e) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um ativo/passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis/tributáveis referentes a receita bruta e as receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

g) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro. As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

h) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira e acréscimos moratórios sobre venda de energia. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas bancárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Banco conta movimento	434	247
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	-	5.514
Overnight	406	1.008
	<u>840</u>	<u>6.769</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variaram entre 50% e 99,5% em 31 de dezembro de 2020, conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 8,87% e 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (foi de 1,89% a.a. em 31 de dezembro de 2020), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	501	3.209
Letras Financeiras Bancos - LFs	7.059	12.201
Debêntures	99	35
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	889	4.300
	<u>8.548</u>	<u>19.745</u>
Não Circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	1.734	4.294
Debêntures	24	146
	<u>1.758</u>	<u>4.440</u>
	<u>10.306</u>	<u>24.185</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi de 107,24% em 31 de dezembro de 2021 (variou entre 106% e 110% em 31 de dezembro de 2020) conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As Letras Financeiras que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre 105% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (entre 99,5% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre Taxa Referencial (TR)+1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 20 destas Demonstrações Financeiras.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Total	
	Não Faturado	2021	2020
Suprimento a Outras Concessionárias	3.555	3.555	4.990
Energia Elétrica de Curto Prazo	631	631	-
Total	4.186	4.186	4.990

A Companhia não constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa pelo fato de a Administração entender não haver risco de perdas na realização destas contas a receber.

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Do total de Depósitos Judiciais, no montante de R\$535 em 31 de dezembro de 2021 (R\$527 em 31 de dezembro de 2020), R\$383 (R\$375 em 31 de dezembro de 2020) são referentes a ações trabalhistas movidas por empregados da Companhia, R\$133 (R\$133 em 31 de dezembro de 2020) são referentes a ações tributárias e R\$19 (R\$19 em 31 de dezembro de 2020) estão relacionados a ações de outras naturezas.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2021	2020
Circulante		
PIS-PASEP	-	127
COFINS	-	166
Outros	4	4
	<u>4</u>	<u>297</u>
Não Circulante		
PIS-PASEP	50	-
COFINS	234	-
	<u>284</u>	<u>-</u>
TOTAL	<u>288</u>	<u>297</u>

8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de deprec. (%)	2021			2020		
		Custo	Deprec. Acum.	Valor Líquido	Custo	Deprec. Acum.	Valor Líquido
Em Serviço		180.826	(86.413)	94.413	180.554	(82.104)	98.450
Terrenos, Obras Cíveis, Benfeitorias e Edificações	2,32	35.999	(16.115)	19.884	35.999	(15.364)	20.635
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,09	85.925	(39.687)	46.238	85.925	(37.899)	48.026
Máquinas e Equipamentos	3,12	58.762	(30.479)	28.283	58.490	(28.712)	29.778
Veículos	-	89	(89)	-	89	(89)	-
Móveis Utensílios	6,25	51	(43)	8	51	(40)	11
Em Curso		1.899	-	1.899	502	-	502
Total		182.725	(86.413)	96.312	181.056	(82.104)	98.952

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A) + (B)	Depreciação	Valor Líquido em 31/12/2021
Em Serviço	180.554	-	272	180.826	272	(86.413)	94.413
Terrenos, Obras Cíveis, Benfeitorias e Edificações	35.999	-	-	35.999	-	(16.115)	19.884
Reservatórios, Barragens e Adutoras	85.925	-	-	85.925	-	(39.687)	46.238
Máquinas e Equipamentos	58.490	-	272	58.762	272	(30.479)	28.283
Veículos	89	-	-	89	-	(89)	-
Móveis Utensílios	51	-	-	51	-	(43)	8
Em Curso	502	1.669	(272)	1.899	1.397	-	1.899
Total	181.056	1.669	-	182.725	1.669	(86.413)	96.312

	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Transferências (B) *	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A) + (B)	Depreciação	Valor Líquido em 31/12/2020
Em Serviço	174.423	-	6.131	180.554	6.131	(82.104)	98.450
Terrenos, Obras Civas, Benfeitorias e Edificações	35.638	-	361	35.999	361	(15.364)	20.635
Reservatórios, Barragens e Adutoras	85.925	-	-	85.925	-	(37.899)	48.026
Máquinas e Equipamentos	52.720	-	5.770	58.490	5.770	(28.712)	29.778
Veículos	89	-	-	89	-	(89)	-
Móveis Utensílios	51	-	-	51	-	(40)	11
Em Curso	6.024	269	(5.791)	502	(5.522)	-	502
Total	180.447	269	340	181.056	609	(82.104)	98.952

* Em 2020, foram transferidos para o imobilizado terrenos destinados à alienação que estavam classificados como outros créditos, no montante de R\$340.

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

O contrato de concessão prevê que, ao final do prazo da concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL na Resolução Normativa nº 674/15. A taxa média de depreciação em 2021 é de 2,46% (2,47% em 2020).

Os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Os bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, possuem autorização prévia da ANEEL para desvinculação, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

9. INTANGÍVEL

Intangível	2021			2020		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Custo histórico - Servidão	299	-	299	299	-	299
Ativos da Concessão - GSF	8.900	(303)	8.597	-	-	-
Total	9.199	(303)	8.896	299	-	299

A movimentação do intangível é como segue:

Ativo Intangível	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições	Valor Bruto em 31/12/2021	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021
Em serviço					
Custo histórico - Servidão	299	-	299	-	299
Ativos da Concessão - GSF	-	8.900	8.900	(303)	8.597
Total	299	8.900	9.199	(303)	8.896

Ativo Intangível	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições	Valor Bruto em 31/12/2020	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020
Em serviço					
Custo histórico - Servidão	299	-	299	-	299

O ativo intangível de servidão refere-se ao direito de acesso aos terrenos por onde passam as linhas de transmissão e, portanto, não é amortizado.

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro de 2021 pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Cemig GT autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Companhia e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$8.900.

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros, baseando-se em premissas internas da Companhia.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Rosal	8.900	08/05/2032	1.314	13/12/2035

A Companhia avaliou o ativo intangível em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e não identificou indícios de perda do valor recuperável.

10. FORNECEDORES

	2021	2020
Circulante		
Operação e Manutenção de Usina	2.295	1.919
Encargos de Uso da Rede de Distribuição	17	15
Energia de curto prazo - CCEE	-	4.420
Total	2.312	6.354

11. PROVISÕES

	2021	2020
Provisões		
Tributárias	39	38
Outras	69	59
	108	97

	2020	Adições	Liquidações	2021
Provisões				
Tributárias	38	2	(1)	39
Outras	59	10	-	69
	97	12	(1)	108

	2019	Adições	Reversões	Liquidações	2020
Provisões					
Trabalhistas	-	43	-	(43)	-
Tributárias	37	1	-	-	38
Ambientais	53	-	(53)	-	-
Outras	-	59	-	-	59
	90	103	(53)	(43)	97

Os passivos contingentes referentes aos processos de natureza tributária, ambiental e patrimonial, totalizaram R\$13.851 em 31 de dezembro de 2021 (R\$322 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$108 foram provisionados em 31 de dezembro de 2021 (R\$97 em 31 de dezembro de 2020), sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar essas discussões.

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

12. TRIBUTOS

	2021	2020
Circulante		
PASEP	26	54
COFINS	119	250
ICMS	49	1.077
INSS	98	76
ISS	139	89
Outros	54	39
	<u>485</u>	<u>1.585</u>
Não circulante		
COFINS Diferido	227	-
PASEP Diferido	49	-
	<u>276</u>	<u>-</u>
Total	<u>761</u>	<u>1.585</u>

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

	2021	2020
Circulante		
Imposto de Renda	471	248
Contribuição Social	121	163
Total	<u>592</u>	<u>411</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2021	2020
Não Circulante		
Imposto de Renda diferido	190	50
Contribuição Social diferida	99	18
Total	<u>289</u>	<u>68</u>

14. ENCARGOS SETORIAIS

	2021	2020
Passivo Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR	536	405
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	14	12
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético - EPE/MME	2	9
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	534	529
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	688	180
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	3	19
CDE sobre P&D	9	-
	<u>1.786</u>	<u>1.154</u>
Passivo Não Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	111	910
Total Passivo	<u>1.897</u>	<u>2.064</u>

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$46.944, constituído por 46.944.467 (quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

b) Reservas de Lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucro	2021	2020
Reserva Legal	9.389	9.389
Reserva de Lucros (Dividendos Adicionais Propostos)	<u>15.252</u>	<u>19.012</u>
	<u>24.641</u>	<u>28.401</u>

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu Reserva Legal em 2021, uma vez que está limitada a 20% do Capital Social.

Reserva de Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na Reserva de Lucros o montante de R\$15.252 referente a dividendos adicionais propostos pela administração que excedem a 50% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

c) Reserva de ajustes de avaliação patrimonial

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se à avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009, quando tal avaliação implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido.

d) Dividendos

O Estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de estatutários, após a compensação dos prejuízos acumulados.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2021	2020
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	28.500	25.951
Realização do custo atribuído	2.052	2.074
	<u>30.552</u>	<u>28.025</u>
Dividendos Mínimos Obrigatórios	<u>15.276</u>	<u>14.013</u>
Reserva de Retenção de Lucros	-	5.000
Dividendos Propostos		
Dividendos Obrigatórios	-	4.013
Dividendos intermediários	15.300	10.000
Dividendos Adicionais Propostos	15.252	19.012
Total dos Dividendos	<u><u>30.552</u></u>	<u><u>33.025</u></u>

Destinação do Resultado de 2021 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$28.500, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$2.052, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2021, seja dada a seguinte destinação:

- R\$15.300 referentes a dividendos intermediários pagos; e
- R\$15.252 para pagamento de dividendos adicionais.

16. RECEITA

	2021	2020
Receita Bruta de Energia Elétrica (a)	68.321	66.827
Deduções à Receita Operacional (b)	(17.054)	(17.173)
Receita Operacional Líquida	<u>51.267</u>	<u>49.654</u>

a) Receita Bruta de Energia Elétrica

	2021	2020
Fornecimento Faturado – Industrial	61.505	59.886
Fornecimento Não Faturado	(1.378)	1.680
Suprimento a Outras Concessionárias	-	2.308
Transações com Energia na CCEE	8.194	2.953
Total	<u>68.321</u>	<u>66.827</u>

b) Deduções à Receita Operacional

	2021	2020
COFINS	1.937	2.005
PASEP	420	434
ICMS	11.071	10.780
Reserva Global de Reversão – RGR	1.154	1.150
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	119	199
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	205	199
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	103	99
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	155	132
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.804	2.175
CDE sobre P&D	86	-
	<u>17.054</u>	<u>17.173</u>

17. CUSTOS E DESESA OPERACIONAIS

	2021	2020
Pessoal	2.306	2.117
Materiais	489	547
Serviços de Terceiros (a)	4.394	4.238
Energia Elétrica Comprada para Revenda	14.434	8.093
Depreciação e amortização	4.612	4.247
Encargos de Uso da Rede de Distribuição	4.519	5.154
Seguros	67	78
Provisão Operacional	12	50
Outros	144	470
	<u>30.977</u>	<u>24.994</u>
Custo Total	29.457	23.130
Despesas Operacionais	1.520	1.864
TOTAL	<u>30.977</u>	<u>24.994</u>

a) Serviços de Terceiros

	2021	2020
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	2.778	2.788
Meio Ambiente	534	384
Auditoria Externa	55	53
Conservação e Limpeza de Prédios	498	463
Comunicação	69	54
Tecnologia da Informação	81	101
Outros	379	395
	<u>4.394</u>	<u>4.238</u>

b) Energia elétrica comprada para revenda

	2021	2020
Energia de curto prazo	1.313	7.202
Energia adquirida no ambiente livre	13.121	891
	<u>14.434</u>	<u>8.093</u>

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	1.045	646
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	1.193	2.834
Variação monetária de depósitos judiciais	9	3
Variação Monetária de créditos tributários	112	754
Créditos de PASEP/COFINS sobre receitas financeiras	-	611
	<u>2.359</u>	<u>4.848</u>
Despesas Financeiras		
Variação Monetária	(36)	(32)
Outras Despesas Financeiras	(173)	(50)
	<u>(209)</u>	<u>(82)</u>
Resultado Financeiro	<u>2.150</u>	<u>4.766</u>

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2021	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	68.543	68.543
Percentual de Presunção	8%	12%
	5.483	8.225
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações	1.154	1.154
Outras Receitas Financeiras	1.252	1.252
Base de Cálculo - Lucro Presumido	7.889	10.631
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	1.183	957
Adicional (10% sobre valor superior a R\$240)	765	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.948	957
Acerto de crédito	(207)	(79)
Rendas de Aplicações Não resgatadas (realização)	(109)	(109)
Alíquota	25%	9%
	(27)	(10)
Receita por competência (receita diferida)	(222)	(222)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(18)	(27)
Alíquota	25%	9%
	(5)	(2)
Ganhos com repactuação do risco hidrológico (líquido amortização)	8.596	8.596
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	688	1.032
Alíquota	25%	9%
	172	93
IR e CS Diferidos	140	81
Corrente	1.741	878
Diferido	140	81

	2020	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	66.827	66.827
Percentual de Presunção	8%	12%
	5.346	8.019
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	505	505
Outras Receitas Financeiras	3.591	3.591
Base de Cálculo - Lucro Presumido	9.442	12.115
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	1.416	1.090
Adicional (10% sobre valor superior a R\$240)	921	-
IR e CS - Lucro Presumido	2.337	1.090
Rendas Aplicações Não resgatadas	141	141
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferido	35	13
IS e CS - Despesa	2.372	1.103
Corrente	2.337	1.090
Diferido	35	13

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (1)	-	-	223	232	-	-	(707)	(726)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)	-	-	196	1.080	-	-	(1.834)	(643)
Prestação de serviços (3)	-	-	-	-	-	-	(366)	(914)
Operações com energia elétrica (4)	-	-	-	-	-	857	-	-
Cessão de pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	4.013	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Equivalentes de Caixa	406	1.008	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	8.548	19.745	-	-	90	191	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	1.758	4.440	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;

- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina vigente até a entrada em vigor do convênio anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020;
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do Grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados nas rubricas “Equivalentes de Caixa” e “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2021, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, de 0,48% em 31 de dezembro de 2021 (0,58% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	2021	2020
Remuneração	55	42
Participação nos resultados	9	14
Previdência privada	2	2
Total	66	58

* A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2021		2020	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	2	4.186	4.186	4.990	4.990
Títulos e Valores Mobiliários	2	5.408	5.408	7.056	7.056
Depósitos Judiciais	2	535	535	527	527
		<u>10.129</u>	<u>10.129</u>	<u>12.573</u>	<u>12.573</u>
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	406	406	6.522	6.522
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	501	501	3.209	3.209
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	3.508	3.508	9.620	9.620
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	889	889	4.300	4.300
Debêntures	2	-	-	-	-
		<u>5.304</u>	<u>5.304</u>	<u>23.651</u>	<u>23.651</u>
		<u>15.433</u>	<u>15.433</u>	<u>36.224</u>	<u>36.224</u>
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(2.312)	(2.312)	(6.354)	(6.354)
		<u>(2.312)</u>	<u>(2.312)</u>	<u>(6.354)</u>	<u>(6.354)</u>

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.312	-	-	-	-	2.312
	<u>2.312</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.312</u>

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela UHE Rosal. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

O período de outubro de 2020 a abril de 2021 registrou o pior regime de chuvas dos últimos 91 anos, resultando na necessidade de produção de energia de fontes térmicas para compensar o baixo nível dos reservatórios com a consequência no aumento do preço de energia no mercado de curto prazo e uma maior exposição das geradoras em função da redução da sua energia firme disponível para atendimento aos seus contratos por redução do fator de ajuste de geração – GSF (Generation Scaling Factor).

22. SEGUROS

A Companhia possui seguro de risco operacional visando cobrir riscos e perdas em gerador, transformador e turbinas, com vigência até 07 de dezembro de 2022, na importância segurada de R\$57.716, valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas decorrentes de eventuais sinistros.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, e, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor

Leonardo George Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-O4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Rosal Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rosal Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rosal Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Rosal Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2021, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Eduardo José de Souza

Paulo Roberto de Brito Mosqueira

Francisco Luiz Moreira Penna